

# BNDES: recordes atrás de recordes

S desembolsos do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico bateram recorde este ano. De acordo com a instituição de fomento, somaram R\$ 102 bilhões entre janeiro e julho de 2013, aumento de 50% na comparação com igual período do ano passado.

Ainda segundo o BNDES, "a totalidade dos setores apoiados pelo banco teve desempenho positivo, com valores de liberações bem distribuídos entre indústria, infraestrutura, comércio e serviços e agropecuária". A indústria, com desembolsos 47% superiores aos de janeiro a julho do ano passado, um total de R\$ 33,6 bilhões, registrou expansão em todos os segmentos, com destaque para mecânica, material de transportes e alimentos e bebidas.

Os desembolsos às micro, pequenas e médias empresas, com alta de 52%, acompanharam o crescimento geral. Com R\$ 37,8 bilhões, as MPMEs responderam por 37% das liberações totais. Com as empresas de menor porte, o BNDES realizou 615,8 mil operações de financiamento neste ano, o que representa 96% do total geral de operações efetuadas. O banco ressalta que, dessa forma, "segue a política de descentralização do crédito, ampliando o alcance de seus financiamentos".

Já nos últimos 12 meses encerrados em julho, a instituição de fomento registrou desembolso recorde de R\$ 190,2 bilhões, com mais da metade dessa quantia destinada aos setores da indústria e infraestrutura. Para o setor agrícola o BNDES liberou R\$ 16,6 bilhões no período, o que significa aumento de 76% na comparação com os 12 meses anteriores. O resultado foi impulsionado pela safra recorde deste ano.

Apesar desse desempenho, muitos empresários e economistas fazem ressalvas com relação à função do banco como instrumento de financiamento de longo prazo. "No Brasil você não tem uma condição específica para financiamento de longo prazo e, por isso, o BNDES entra como tal objetivo. Ele é o grande provedor de crédito de longo prazo", afirma Cristiano Souza, economista do Santander.

Geraldo Santa Catharina, diretor financeiro e de relações com investidores da Randon S/A, reconhece a importância da instituição, mas mostra preocupação com a duração de alguns dos programas de crédito. "Os financiamentos

do BNDES são diversificados e competitivos em relação ao mercado privado. No entanto, a instabilidade na manutenção, principalmente de mecanismos como Finame PSI, e outros voltados ao estímulo à exportação, causam muita volatilidade no fluxo de pedidos das empresas."

O Programa de Sustentação do Investimento (PSI), que tinha duração prevista apenas até o final de 2013, oferece condições especiais para o financiamento de caminhões, ônibus, colheitadeiras e outros bens de capital. O ministro da Fazenda, Guido Mantega, já sinalizou que o governo poderá manter o PSI para o ano que vem, mas nada está definido ainda.

Para Rui Gomes, do Bradesco BBI, "aqui no Brasil, a gente vai precisar ainda de um mercado de capitais forte e aí, leia-se, um mercado secundário ativo, prazos um pouco mais longos, para que as debêntures tenham um papel cada vez mais relevante nos financiamentos. O BNDES ainda tem um papel muito importante, não vejo nada de errado nisso, mas é importante para o País que a gente desenvolva outras alternativas".

Outra preocupação é com relação à excessiva concentração do financiamento de longo prazo no Brasil no BNDES. Em 2010, o Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social (CDES), órgão que assessorava a Presidência da República na formulação de políticas e diretrizes específicas, já alertava que era necessário incen-

tivar o crédito privado de longo prazo no País.

No relatório "Moção sobre Financiamento de Longo Prazo", de dezembro de 2010, os conselheiros afirmaram que, na época, "mais de 90% do crédito doméstico de longo prazo eram fornecidos pelo Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social". Nesse sentido sugeriram "incentivar a diversificação das aplicações de longo prazo de fundos de pensão e de outros investidores institucionais para o financiamento de longo prazo".

Além disso, propuseram "estimular a parceria entre o BNDES e outras instituições de crédito público e privado para aperfeiçoar a securitização dos ativos aplicados no longo prazo e desenvolver um mercado secundário para títulos lastreados em projetos de infraestrutura com o objetivo de criar liquidez para esses títulos".

"Em várias conversas com agentes de mercado, bancos e os próprios empreendedores o BNDES já anunciou que vai participar de financiamentos e que gostaria que o mercado de capitais viesse, cada vez mais, complementando as soluções de financiamento com debêntures de infraestrutura", acrescenta Rui Gomes.

Outra consideração é sobre a dificuldade de pequenas e médias empresas em ter acesso aos créditos do BNDES. "Eu já fui com quatro projetos aos BNDES e nenhum foi aprovado. Eu peguei todas as características, fiz tudo que estava no roteiro e mesmo assim não foi aprovado, então você como empresário acaba desistindo, acaba pagando mais caro, fazendo uma operação estruturada", afirma o executivo Thiago Audi, da Harpia Investimentos.

Empresário e mestre em economia internacional e organização industrial, Rafael Giaretta, tem opinião parecida. "Se cada pessoa que está lendo esta reportagem citar duas empresas de relacionamento próximo que possui financiamento do BNDES, diria que seria essa pessoa muito bem relacionada, pois tais financiamentos só chegam a empresas preparadas para burocracia que o banco exige".

HÁ DUA SEMANAS, o ministro da Fazenda, Guido Mantega, anunciou que o Tesouro Nacional deve reduzir as capitalizações ao BNDES até o ponto de zerar os aportes ao banco de fomento. Economistas receberam bem o anúncio, mas acreditam que trata-se de uma

promessa pouco crível já que o próprio presidente do banco, Luciano Coutinho, deixou claro que a instituição vai precisar de mais recursos para atender à demanda.

O analista de contas públicas da Tendências Consultoria Integrada, Felipe Salto, lembra que Mantega não disse em que prazo acontecerá essa zeragem dos aportes financeiros. Ele entende que, de alguma forma, o governo pode estar dando uma resposta às agências de classificação de riscos que estão avaliando negativamente a economia brasileira, especialmente a prática de uma política fiscal expansionista.

Para Salto, a resposta que se busca agora é como fazer o controle da política fiscal já que todos os gatilhos que disparam os gastos do governo estão acionados. "O próprio presidente do BNDES já disse que o banco vai precisar de recursos. A política monetária está precisando novamente ser contracionista para conter a inflação em meio a uma política fiscal expansionista", destacou.

Já para o presidente da Sociedade Brasileira de Estudos de Empresas Transnacionais e da Globalização Econômica (Sobeet), Luís Afonso Lima, a declaração de Mantega é parte de um plano do passado. "Era sabido que o BNDES tinha que promover o crescimento no curto prazo e que a longo prazo iria reduzir sua presença nos financiamentos, deixando este papel para outros entes do mercado financeiro assumirem", afirmou Lima.

Segundo Lima, o BNDES foi um grande ator no período de crise, mas talvez tenha extrapolado um pouco no papel de financiador de projetos de médio porte e até de bens finais. Contudo, o executivo vê com estranheza a afirmação de Mantega sobre a zeragem de aportes, uma vez que o Brasil ainda é carente de grandes projetos.

A economista e sócia da Gibraltar Consulting, Zeina Latif, considerou que a decisão do Ministério da Fazenda é "pragmática" e "essencial". Segundo ela, essa mudança de posição é justificada após "os fracassos da política do banco de selecionar vencedores" para priorizar seus financiamentos – como foi o caso das empresas "X". Além disso, ela destaca que essas capitalizações vinham gerando forte pressão fiscal sobre o Tesouro e aumentando o endividamento público.